



IMPORTÂNCIA DA CAPACITAÇÃO DE GESTORES PÚBLICOS PELO ENSINO A DISTÂNCIA

ANTÔNIO CEZAR BORNIA

Universidade Federal de Santa Catarina

cezar.bornia@ufsc.br

ARCÂNGELO DOS SANTOS SAFANELLI

Universidade Federal de Santa Catarina

safanelli.arcangelo@gmail.com

LUIZ SALGADO KLAES

Universidade Federal de Santa Catarina

l.klaes@ufsc.br

RESUMO

Este trabalho refere-se a pesquisa realizada com o objetivo de salientar a importância da capacitação de gestores públicos através da formação na modalidade a distância. Para alcançar o objetivo proposto e responder ao problema de pesquisa, foram utilizadas a pesquisa exploratória e estudo de caso, bem como revisando a literatura permitindo o aprofundamento do estudo. Depreendeu-se a partir da pesquisa que as habilidades exigidas dos gestores são técnicas, intelectuais, cognitivas, relacionais, didáticas e pedagógicas, metodológicas, de liderança e organizacionais. No entanto, identificou-se que existem sugestões de melhoria, tais como treinamentos (cursos) específicos para gestores, sendo melhores capacitados para esse tipo de educação (a distância), bem como o treinamento na área de gestão de pessoas, para melhor compreender a filosofia da Educação a Distância (EaD), fazendo com que as instituições terem regras mais específicas para a organização nesta modalidade de aprendizado. Diante disso, independentemente dos conhecimentos comportamentais e de contexto, exige-se do Gestor Público, o domínio das principais técnicas gerenciais no campo organizacional e de seus recursos humanos, financeiros e de produção e dos conhecimentos em gestão pública, evidentemente referenciados em um compromisso ético com a construção de uma sociedade justa.

Palavras-chave: Educação a Distância (EaD). Capacitação de Gestores Públicos. Competências organizacionais.

1 INTRODUÇÃO

A educação tem se caracterizado ao longo dos anos em um instrumento pelos quais os governos buscam a minimização das diferenças sociais. No intuito de se atingir esse relevante objetivo, os governos têm buscado estratégias distintas e que não se resumem as tecnologias tradicionais usadas em sala de aula (LITTO; FORMIGA, 2009).

Com as mudanças ocorridas a partir do final do Século XX no mercado de trabalho, trazidas pelas novas tecnologias, como videoconferência, cursos multimídias em CD-DVD ROM e a própria *internet*, as pessoas começaram a ter mais acesso às informações e consequentemente abrindo novas possibilidades em termos de ensino-aprendizagem, que expandem as fronteiras tradicionais. Essa mudança permitiu que não a presença física dos alunos em sala de aula não fosse considerada também uma condição indispensável para a aprendizagem. A partir disso, a Educação a Distância (EaD) passou a ganhar espaço nas instituições de ensino (RUMBLE, 2003).

Entretanto, isso demanda também melhor preparo dos profissionais para enfrentar os novos desafios impostos pelas novas tecnologias sobre os profissionais da educação.

A EaD oferece grande contribuição às pessoas pois permite que as pessoas frequentem os bancos escolares de forma mais flexível e adequada a sua realidade. A popularização do uso dos computadores e o avanço da internet permitiram uma expansão do EaD e resultaram no grande desafio de saber se as pessoas estão preparadas para esse novo tipo de ensino.

O Projeto Universidade Aberta do Brasil (UAB), foi criado pelo Ministério da Educação (MEC), em 2005, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação, para a articulação e integração de um Sistema Nacional de EaD, em caráter experimental, visando sistematizar as ações, programas, projetos e atividades pertencentes às políticas públicas voltadas para a ampliação e interiorização da oferta do ensino superior gratuito e de qualidade no Brasil UAB (PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MODALIDADE A DISTÂNCIA, 2009).

O Curso Bacharelado em Administração Pública, do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP), por sua vez, está inserido nesse contexto e responde as necessidades das organizações públicas contemporâneas, as quais buscam gestores preparados, inovadores com visão ampla da realidade que cerca o contexto governamental, capacitados. Dentro deste Programa, foi ofertado o Curso de Pós-Graduação *Lato sensu* em Gestão Pública Municipal (modalidade EaD), na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com o intuito de capacitar os gestores públicos de diversas regiões de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

O objetivo deste trabalho é salientar a importância da capacitação de gestores públicos através da modalidade a distância.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO

2.1 Competências necessárias para gestores

As competências são as qualidades que as pessoas precisam possuir para que possam desenvolver com eficiência e eficácia seus trabalhos (DUTRA, 2000). Os conceitos e características das competências serão abordados nessa seção.

Então, competência pode ser definida como o conjunto de qualificações que a pessoa deve possuir para executar certo tipo de trabalho com um nível superior de desempenho (GIL,

2006). O conceito da competência está estritamente relacionado com o desenvolvimento do indivíduo, e com a formação contínua, ou seja, a oportunidade para melhorar ou adaptar as competências.

Para Resende (2003, p. 32), competência “é a transformação de conhecimentos, aptidões, habilidades, interesse, vontade, etc. em resultados práticos. Ter conhecimento e experiência e não saber aplicá-los em favor de um objetivo, de uma necessidade, de um compromisso, significa não ser competente”. Fleury (2002 apud BENETTI et al., 2005) define competência como um saber agir responsável e reconhecido que implica mobilizar, integrar, transferir conhecimentos, recursos, habilidades, que agreguem valor econômico à organização e valor social ao indivíduo.

Aprofundando a ideia, de acordo com Ruzzarin, Amaral e Siminovski (2002), pode-se afirmar que a Escola Francesa desenvolveu uma concepção de competências muito difundidas nos meios empresariais e acadêmicos, cuja classificação sustenta-se em três elementos fundamentais: (a) saber (conhecimentos); (b) saber fazer (habilidades) e (c) saber ser (atitudes).

Essas competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) a serem desenvolvidas nos profissionais podem e devem ser desenvolvidas com programas de desenvolvimento de pessoas que, além da questão da valorização do profissional, trazem vantagens para a instituição de ensino por meio do gerenciamento e investimento das competências e conhecimento (BENETTI et al., 2005).

Atitude é o principal componente da competência, que corresponde a um conjunto de valores, crenças e princípios formados ao longo da vida, os quais determinam assim a atitude das pessoas. São comportamentos manifestados diante de situações do cotidiano e das tarefas que se desenvolvem no dia-a-dia, dentre outros, que significam o querer fazer. Ou seja, seria participar de uma concorrência e fazer negociações (GRAMIGNA 2002).

Segundo Resende (2003), as competências podem ser classificadas em diferentes tipos: (a) técnicas: domínio apenas de determinadas especialidades; (b) intelectuais: aplicações de aptidões mentais; (c) cognitivas: misto de capacidade intelectual com domínio de conhecimento; (d) relacionais: envolvem atividades práticas de relações e interações; (e) sociais e políticas: relações e participações na sociedade; (f) didático-pedagógicas: voltadas à educação e ensino; (g) metodológicas: técnicas e meios de organização de atividades e trabalhos; (h) lideranças: habilidades pessoais e conhecimentos de técnicas de influenciar e conduzir pessoas; (i) organizacionais: competências de organização e gestão empresarial.

2.2 Educação a distância

A literatura referente à EaD encontra-se bastante vaga no contexto da história. Seu embrião pode ser localizado na época de Platão (427-347 a. C.), na oportunidade em que aquele filósofo escreveu uma coletânea de cartas e mais de trinta diálogos filosóficos, notadamente no seu Discurso de Sócrates, em que fez a defesa deste no julgamento que o condenou à morte (SCHNEIDER, 1999 apud MELO; COLLOSSI, 2004).

O surgimento da EaD remonta ao Século XV, movido pela invenção da imprensa, por *Johannes Guttenberg*, na Alemanha, quando compôs palavras utilizando caracteres móveis (ALVES, 1994). Desde então, o livro passou a ser lido não só na escola, em casa e nos mais variados locais.

Em consequência, a EaD seguiu uma trajetória progressiva de consolidação, sendo tal modalidade de ensino percebida por Moore e Kearsley (2008) onde constata-se três estágios, definidos como cursos de primeira, segunda e terceira geração.

A dinâmica de tecnologia e o crescimento das informações, ligados a geração de novos produtos, têm ocasionado desafios às organizações no tocante à sua vida econômica e administrativa. Segundo Maia (2000), esses desafios, unidos a novas teorias estão exigindo contínua reavaliação de trabalho e soluções com diferenciais de qualidade e prazos curtos, para que as empresas sobrevivam à competitividade.

Para melhor entendimento da influência imposta ao processo educacional, na época da Revolução Industrial, basta perceber que nesse período houve a segmentação da linha de produção e a massificação do produto, seguindo o modelo preconizado por Ford e o sistema capitalista, tornando o campo educacional propenso a novas ideias e métodos que, ao mesmo tempo em que igualava os conhecimentos, também permitia abrir a oportunidade de inovação, sendo um caminho favorável para a EaD. Nessa fase, a EaD foi apontada como um modelo de educação industrial na qual o planejamento ocorre para garantir o desenvolvimento das ações propostas no processo de ensino-aprendizagem (BELLONI, 2009).

Para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (1998), a EaD é um fator inovador dos sistemas educativos em virtude de sua aplicabilidade de criação, aperfeiçoamento e superação de problemas atuais. Com isso, ficam estabelecidas estratégias de aprendizagem suficientes para responderem às novas solicitações dos alunos e as demandas sociais, até então desconhecidas ou inexistentes.

Segundo um ditame do *Industrial Research and Development Advisory Committee of the Commission* (IDARC), pode-se traduzir a importância da EaD, como uma Revolução da Informação, caracterizada por um dos dispositivos cada vez mais potentes para armazenar, manipular e recuperar os conhecimentos e para controlar os processos de produção, que estão fazendo com que uma grande parte da formação e educação anteriores fiquem defasadas ou simplesmente inúteis.

"Os conhecimentos úteis têm uma vida média de dez anos, o capital intelectual deprecia-se em torno de 7% ao ano (um índice muito mais elevado que a contratação de novos colaboradores), com a conseqüente redução da eficácia da mão-de-obra" (MELO; COLLOSSI, 2004, p. 193).

A EaD é um desenvolvimento inovador no ensino superior que usa a tecnologia para facilitar o aprendizado, sem as limitações de tempo ou de lugar. Uma comunidade de aprendizagem tem que estar necessariamente associada a uma localização física: uma escola, uma universidade, uma classe ou um laboratório. Com o advento da tecnologia, a nova noção de comunidade de aprendizagem moveu-se para o espaço virtual (MAIA; MEIRELLES, 2002).

Conforme a complexidade do projeto, em especial o escopo e a escala de atendimento, o número de profissionais envolvidos e a distribuição de papéis podem variar. É normal encontrar instituições que mantêm uma equipe fixa em seus quadros funcionais e outra variável, terceirizada ou não, contratada sob demanda. Mesmo as instituições variando na organização de suas estruturas, alguns perfis profissionais são típicos de projetos de EaD, independentemente do escopo e das tecnologias predominantemente utilizadas (LITTO; FORMIGA, 2009).

Meyer Jr e Murphy (2003, p. 102) expõem sobre a EaD quando esta é passiva, e apresentam orientação interigente:

o ensino à distância passivo não dá lugar para perguntas e respostas entre professores e alunos e a avaliação do desempenho dos alunos torna-se também mais difícil. A comunicação interativa através da internet possibilita o diálogo e uma eficiente avaliação do aprendizado do aluno. Da mesma forma como a indústria gráfica tornou o ensino superior disponível em uma escala previamente inimaginável, o ensino interativo à distância promete aumentar essa escala outra vez.

A EaD é um recurso importante, pois é um modo apropriado para atender a grandes contingentes de alunos de forma mais efetiva que outras modalidades e sem riscos de reduzir a qualidade dos serviços oferecidos em decorrência da ampliação da clientela atendida (NUNES, 2010).

Em virtude do crescimento da EaD, há necessidade de políticas e estratégias de treinamento para o melhoramento contínuo deste ensino. Sem isso, torna-se difícil a expansão e o reconhecimento desta forma de ensino (UNESCO, 1998).

A EaD conta com diferentes organizações envolvidas, tais como instituições privadas, universidades abertas, entidades de classe, empresas de *software*, programas internacionais, dentre outras. “Há claros indicadores que mostram que a aprendizagem aberta e à distância será adotada e integrada por instituições convencionais, provavelmente em todos os níveis da educação e em todos os setores” (UNESCO, 1998, p. 35).

Uma das características mais marcantes da EaD é a separação física entre o professor e os alunos durante a maior parte do tempo. Para haver comunicação é necessária mediação do meio de comunicação, da mídia utilizada no curso (material impresso, áudio, vídeo, teleconferência, videoconferência, *internet*, *software*, dentre outros) que atuam como um filtro na comunicação, diferenciando-a da presencial. Na aula face a face, mesmo que a participação dos alunos seja restrita por timidez, ou pelo número de alunos na mesma sala, o professor dispõe de uma série de sinais que permitem a interação (RODRIGUES, 1998).

Na questão da escala, os profissionais devem prover-se de cuidados necessários no seu planejamento. Não é obrigatório que se tenha um grande público para iniciar-se a EaD, mas os planejadores terão que adaptar-se às particularidades de seu país, levando em consideração o idioma e a cultura social (UNESCO, 1998).

Existe, entretanto, uma indicação clara que a educação de ontem é inadequada em resposta aos desafios do futuro. O conceito principal sobre educação continua a ser que aprendizado é algo realizado uma vez na vida e que é essencialmente empreendido na preparação para o resto da mesma (UNESCO, 1996).

O planejamento do aprendizado à distância é visto como uma ferramenta indispensável para boa realização do ensino. Frente a numerosos desafios que hão de vir, a educação constitui um instrumento indispensável para que a humanidade possa progredir nos ideais de paz, liberdade e justiça social. As políticas educativas são um processo permanente de enriquecimento do conhecimento, da capacidade técnica e, principalmente, de uma estrutura privilegiada das pessoas e das relações entre indivíduos, grupos e entre nações (DELORES, 1996).

Muitas opções de ambientes e sistemas para gerenciamentos de cursos de EAD via internet estão disponíveis no mercado aos interessados em implementar uma solução desta modalidade de ensino em suas organizações. Embora essas opções possam ser diferenciadas por detalhes particulares, tais como interface do usuário e interatividade, essas soluções têm convergido para uma mesma tecnologia, a *internet* (GHEDINE; TESTA; FREITAS, 2008).

Uma política de estratégia em EaD, a qual precisa fazer parte do rol do treinamento, deveria incluir metas harmônicas, definição clara de objetivos a serem seguidos e coordenação a nível nacional, além de contemplar políticas nacionais de desenvolvimento socioeconômico (RUMBLE, 2003).

A falta de infraestrutura tecnológica é um dos grandes problemas comuns da aprendizagem à distância em países em desenvolvimento, como o Brasil. No seu planejamento, a EaD pode concentrar tecnologias simples desde que se tenha uma visão equilibrada, à vista de que novas formas de tecnologias que se mostram adequadas para treinamento são menos onerosas do que gerações antigas (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 1998).

A implantação de um Centro de Educação a Distância (CEAD) tem sido um procedimento comum das instituições educacionais como órgão capaz de poder cumprir esta função no processo de gestão, mas ainda existem desafios a serem superados na sua implantação. Um deles se refere à estruturação e planejamento estratégicos que, realmente deem conta de atender aos clientes internos do CEAD, como professores, tutores (mediadores de aprendizagem), equipe pedagógica, produção de materiais, que estão na linha de frente durante os primeiros meses de funcionamento do CEAD (RIBEIRO, 2007).

Dentro das características da EaD, está a comunicação e os recursos. A evolução das mídias eletrônicas pode ser considerada uma das maiores responsáveis pela maximização do uso de sistemas a distância. Desta forma, o atendimento ao aluno tornou-se possível em qualquer localidade do mundo, desde que este tenha como acessar a tecnologia e, principalmente, em “tempo real”, fazendo com que a utilização da EaD em programas educacionais venha aumentando consideravelmente com o passar dos anos (PACHECO, 2010).

Compreendendo-se a EaD como o processo resultante da poli docência, em que diversos atores contribuem na organização e produção do seu conteúdo em várias mídias, do arranjo pedagógico nas atividades de aprendizagem mediadas tecnologicamente, bem como acreditando que a atividade avaliativa no processo deve se revestir de cuidados que são próprios de suas peculiaridades, faz-se a distinção entre a EaD e o ensino tradicional (ROCHA, 2017).

É a avaliação uma ação transformadora que incentiva a capacidade crítico-reflexiva de intervenção sobre um determinado tema, informação ou conhecimento, cujo valor é a reflexão transformadora em ação. Esta, que se impulsiona à novas reflexões, permanentes do educador sobre sua realidade, acompanha *pari passu*, o educando na sua trajetória de construção do conhecimento (HOFFMANN, 2003).

Nesse sentido, considerar fatores como avaliação em processo e contínua avaliação que leve em conta a relação entre a ação e as realidades encontradas, que esteja atento ao diagnóstico diário do estudante, que considere a capacidade de o aluno se apropriar de determinados conhecimentos em atividade de aprendizagem interativo-colaborativo-cooperativa, constituem os mesmos a base reflexiva para o planejamento e controle do desempenho da aprendizagem em ambientes multimídias, conectados e que exigem do professor e do aluno destreza pedagógico-tecnológica (ROCHA, 2017).

As mudanças no mundo contemporâneo, face à globalização da economia e à explosão das tecnologias de informação e comunicação e, conseqüentemente, à configuração de um novo paradigma de sociedade, exigem a aquisição e aplicação de novos conhecimentos. Nesse novo contexto econômico e social, a EaD vem adquirindo grande importância. Em consequência disso, um crescente número de instituições assumem em seus programas de formação para atender as demandas que aumentam exponencialmente (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003).

A cada dia, avaliar na EaD torna-se mais complexa a reflexão transformadora diante da riqueza de variáveis que interferem nos processos de planejamento, execução e gestão de resultados decorrentes. Diferentemente da avaliação na educação presencial, na EaD o que se observa é a aderência a novos critérios e modalidades, na tentativa de ampliar as potencialidades de apuração da aprendizagem pelos modos formativo, contínuo e somativo, mas sem perder de vista as diferentes formas e espaços de aprendizagem, a pedagogia da conexão e a flexibilidade de escolha de novos métodos, tempos, espaços e parceiros da aprendizagem. Além do que deve considerar-se relevante o perfil do estudante que tem escolhido esse sistema como uma opção educacional (ROCHA, 2017).

O que caracteriza a diferenciação da EaD em relação à educação presencial é a responsabilidade docente não estar no professor como indivíduo, mas na instituição que

congrega professores e especialistas para a elaboração do material didático apropriado, no acompanhamento do aluno em seu programa de estudos para a verificação de sua aprendizagem. Da mesma forma, a instituição é a responsável pela logística da utilização, garantindo o fluxo da informação da comunicação bidirecional; em suma, da relação didática professor-aluno (LOBO NETO, 1994).

Desdobram-se como pré-requisitos para avaliar na EaD as seguintes competências, segundo Rocha (2017):

a) Ensino e aprendizagem - incentivar a aprendizagem colaborativo-cooperativa, incentivar a autonomia. Articular e fortalecer a aprendizagem pela busca;

b) Didática das nuvens – apropriar-se de novas competências para o aprendizado em redes sociais, em comunidades virtuais de aprendizagem, no *M-Learning2*, nos *Massive Open Online Courses* (MOOCs), nos Recursos Educacionais Abertos (REAs) etc;

c) Indicadores de desempenho - desenvolver competências para planejar e acompanhar indicadores de qualidade pela aprendizagem significativa, indicadores de cooperação e de apropriação do conhecimento. Indicadores de conformidade e resultados;

d) Contexto ou natureza – avaliar sem perder de vista a diversidade de realidades socioculturais, socioeconômicas, sociopolíticas, éticas, ideológicas ou religiosas que se misturam nos espaços e salas de aula virtual, além das quatro paredes da escola tradicional;

e) Estilos de aprendizagem – desenvolver competências para o olhar diferenciado na avaliação de aspectos cognitivos, físicos, emocionais mais andragógicos ou mais pedagógicos (contínuo pedagógico-andragógico); considerar os estilos de aprendizagem divergente, assimilador, convergente e acomodador recomendados por Kolb (1984); e

f) Destreza tecnológico-midiática – investir no domínio das tecnologias educacionais previstas para curso ou atividade mediada tecnologicamente (ROCHA, 2017).

Como em qualquer organização enfrenta dificuldade, uma Instituição de Ensino Superior (IES) não seria diferente. Gerir uma instituição de EaD requer uma diversidade de conhecimentos muito maior do que gerir uma escola, um liceu ou uma universidade e, no seu todo, não será possível recrutar pessoal com estes conhecimentos. A instituição terá de desenvolver o seu próprio pessoal, até que ele atinja a diversidade e a profundidade do conhecimento necessário. Realisticamente, isto demora o seu tempo, e não será exagero dizer que uma nova instituição de EaD precisa de dois a cinco anos até que o núcleo do seu pessoal atinja o pleno da sua capacidade operacional (FREEMAN, 2003).

Didática é a arte de transmitir conhecimentos; é também descrita como a técnica de ensinar e utilizar a ciência de modo a tornar o aprendizado mais eficiente. Pode-se situá-la entre as teorias educacionais e a prática pedagógica. Utilizando-a para envolver o aluno, ter-se-á uma aprendizagem ainda mais significativa. Esse envolvimento acontecerá quando o professor criar condições para que o aluno aprenda e compartilhe o conhecimento, por meio de estratégias e estímulos, cujas condições a serem aproveitadas, segundo Carvalho (2008), são as seguintes:

a) Discutir abertamente, sempre respeitando opiniões;

b) Conhecer as expectativas e necessidades do aluno;

c) Orientar a instrução por meio de *feedback*, agente intrínseco no *e-learning*;

d) Integrar de forma interdisciplinar e contextual todo conteúdo apresentado;

e) Promover a construção colaborativa do conhecimento e sempre valorizar as relações aluno-aluno, professor-aluno e vice-versa.

Devido à diferença do público alvo, as condições e os processos de aprendizagem também são bem diferentes. O estudo a distância pode demandar ou desenvolver habilidades e competências diferentes do que a educação convencional. Há possibilidade de tirar proveito da experiência mais ampla e de aplicar de forma mais imediata o conhecimento adquirido no trabalho ou em situações vivenciais (PACHECO, 2010).

3 METODOLOGIA

O presente trabalho se caracteriza como um estudo de caso de natureza qualitativa. A pesquisa está baseada em dados primários, através da revisão bibliográfica pertinente ao tema.

Dentre as vantagens da abordagem qualitativa estão: ênfase na interpretação subjetiva dos indivíduos, delineamento do contexto do ambiente da pesquisa, abordagem não muito estruturada, múltiplas fontes de evidências, importância da concepção da realidade organizacional e proximidade com o fenômeno estudado, dentre outros (BRYMAN, 1989). Entretanto, a ênfase desta abordagem não é na estrutura das organizações. Esta é um elemento importante para atender o interesse do pesquisador. A preocupação é desvendar o desenrolar de eventos que culminem nos resultados, cujo interesse principal não é só nestes, mas como se chegou até eles, contribuindo para explicar o porquê das coisas (MIGUEL, 2012).

O estudo pode ser classificado também como uma pesquisa descritiva e aplicada. Isso se justifica por se tratar de um estudo acerca de uma realidade, com o objetivo de conhecer o fenômeno e propor soluções aos desafios e problemas encontrados (RICHARDSON, 1989).

A escolha do estudo de caso justifica-se por apresentar um relato detalhado de um fenômeno social que envolva, por exemplo, sua configuração, estrutura, atividades, mudanças no tempo e relacionamento com outros fenômenos, como um método de visualizar a realidade social, utilizando um conjunto de técnicas e pesquisas usuais nas investigações sociais como a realização de entrevistas, observação participante, uso de documentos originais, coleta de dados e de outros pertinentes. Constitui-se uma descrição holística e intensiva de um fenômeno bem delimitado (pode ser um programa, uma instituição, uma pessoa, um grupo de pessoas, um processo ou uma unidade social), o estudo de caso qualitativo. Este denota que o interesse do pesquisador está mais voltado à compreensão dos processos sociais que ocorrem num determinado contexto, do que entre relações estabelecidas na descoberta, na interpretação, sendo muito mais do que a simples verificação de hipótese (GODOI; BANDEIRA-DE-MELO; SILVA, 2007).

Foi igualmente utilizada a observação participante, uma vez que um dos pesquisadores atuou na gestão do curso de EaD relacionado ao PNAP. Durante a realização do curso (entre começo de 2012 ao final de 2013), foram observados o andamento e o comportamento dos alunos, sendo em sua maioria servidores de cargos públicos (tais como vereadores, secretários municipais, dentre outros). Os dados oriundos de observação são obtidos na sua forma natural e daí vem a sua importância (BARBETTA, REIS e BORNIA, 2010).

4 RESULTADOS DA PESQUISA

4.1. Caracterização do curso Bacharelado a distância em Administração Pública

O Curso Bacharelado em Administração Pública na modalidade a distância é ofertado por profissionais vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em sua maioria do Departamento de Ciências da Administração, dentro do Programa UAB/MEC e em parceria com prefeituras municipais. Tem como política a democratização do acesso e a interiorização de uma educação pública, gratuita e de qualidade (PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MODALIDADE A DISTÂNCIA, 2009).

A concepção do Curso de Bacharelado em Administração Pública está voltada para a formação de egressos capazes de atuarem de forma eficiente e eficaz no contexto da gestão

pública, à luz da ética, buscando contribuir para o alcance dos objetivos e desenvolvimento das organizações governamentais e não governamentais, de forma a possibilitá-las a atender às necessidades e ao desenvolvimento da sociedade (PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MODALIDADE A DISTÂNCIA, 2009).

O objetivo geral do curso consiste em formar profissionais com amplo conhecimento de Administração Pública, capazes de atuarem no âmbito federal, estadual e municipal, administrando com competência as organizações governamentais e não-governamentais, de modo pró-ativo, democrático e ético, tendo em vista a transformação e o desenvolvimento da sociedade e do país (PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MODALIDADE A DISTÂNCIA, 2009).

Estas são algumas das principais características do Projeto Pedagógico do Curso Bacharelado em Administração Pública (PNAP).

4.2. Caracterização do Curso de Pós-graduação Lato sensu a distância em Gestão Pública Municipal

Dentro do PNAP, o curso de Especialização em Gestão Pública Municipal tem por objetivo a qualificação de pessoal de nível superior visando o exercício de atividades gerenciais. Especificamente, pretende:

- a) capacitar quadros de gestores para atuarem na administração de macro (governo) e micro (unidades organizacionais) sistemas públicos;
- b) capacitar profissionais com formação adequada a intervirem na realidade social, política e econômica;
- c) contribuir para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro, nos âmbitos federal, estadual e municipal; e
- d) contribuir para que o gestor público desenvolva visão estratégica dos negócios públicos a partir do estudo sistemático e aprofundado da realidade administrativa do governo ou de suas unidades produtivas.

O curso, para os acadêmicos, permitirá o crescimento profissional do estudante por meio de:

- a) orientação da habilidade do pensamento crítico para os problemas de governo;
- b) desenvolvimento da habilidade de analisar estrategicamente as questões de relacionamento organização/ambiente em vez de oferecer apenas soluções operacionais;
- c) fortalecimento da habilidade de comunicação por meio de discussões presenciais e a distância (chats), de estudo de casos, de trabalhos escritos e de apresentação presencial de seminários, dentre outros aspectos.

O Módulo Básico foi composto de nove disciplinas de trinta horas cada, perfazendo um total de duzentos e setenta horas.

4.3 Discussão dos dados

Na avaliação do Curso, dentre as perguntas realizadas após o término do mesmo, a questão "O Curso ajudou a formar profissionais aptos a atuar no serviço público?", foi considerada na média como "muito bom", atendendo assim a expectativas da maioria dos alunos, conforme gráfico abaixo:



Gráfico 1: Pergunta "O Curso ajudou a formar profissionais aptos a atuar no serviço público"?

O trabalho tratou-se de uma pesquisa teórica, com base na percepção dos alunos (gestores públicos em sua maioria) que realizaram esta especialização.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos aspectos conceituais, sociais e características da EaD, os seus resultados permitem concluir o reconhecimento da sua importância no contexto apresentado. A falta de algumas normas específicas de EaD para as IES, dificulta e retarda um pouco o processo para que se chegue a níveis desejáveis. Ideal fazer comissões especiais para provocar o MEC e a UFSC a elaborarem normas para tal finalidade.

Em ambientes onde as mudanças ocorrem permanentemente e em grande velocidade, caracterizados ainda pela escassez de recursos e pelo alto nível de competitividade ordenados pela sociedade contemporânea, exige-se que o profissional responsável pela condução das organizações públicas tenha desenvolvido sua criatividade, seu espírito crítico e a sua capacidade de produção de novos conhecimentos.

Aliada a esta personalidade dinâmica e flexível, perfil essencial à garantia de um bom desempenho do profissional da gestão, é preciso, ainda, que o Gestor Público desenvolva uma visão estratégica dos negócios públicos, o que pode ser obtido a partir do estudo sistemático e aprofundado das diversas áreas de ação no campo da Administração e da integração dessas áreas em termos de conhecimento conceitual e analítico.

Deste modo, independentemente dos conhecimentos comportamentais e de contexto, exige-se do Gestor Público, o domínio das principais técnicas gerenciais no campo organizacional e de seus "recursos" humanos, financeiros e de produção e dos conhecimentos em gestão pública, evidentemente referenciados em um compromisso ético com a construção de uma sociedade justa.

Para atender às expectativas dessa sociedade emergente, procura-se formar profissionais de competência sólida e moderna, em condições plenas de atuação eficiente e eficaz, preocupados com a relevância social do produto de seus trabalhos, apresentando habilidades para pró-atividade e criatividade; raciocínio lógico, crítico e analítico; visão sistêmica e estratégica para negociações, tomada de decisão, liderança e trabalhos em equipe.

O desenvolvimento de uma sociedade mais justa, com melhor distribuição de renda e permanente geração de empregos, é consequência de uma série de fatores econômicos, sociais

e políticos, sendo importantes as práticas de organização e de administração do trabalho, adotadas na sociedade, no decorrer de seu processo de desenvolvimento, tanto na área pública quanto na área organizacional. Nesse sentido, o papel reservado à formação é de relevante importância, na medida em que os agentes especialistas egressos (gestores e formuladores de políticas públicas) estarão capacitados a intervirem na realidade social, política e econômica do país.

REFERÊNCIAS

ALVES, João Roberto Moreira. A educação à distância no Brasil: síntese histórica e perspectivas. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas em Educação, 1994.

BARBETTA, Pedro Alberto; REIS, Marcelo Menezes; BORNIA, Antônio Cezar. Estatística: para cursos de engenharia e informática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010

BELLONI, Maria Luiza. Educação a Distância. São Paulo: Autores Associados, 2009.

BENETTI, Kelly Cristina et al. Competências Docentes para EAD: uma perspectiva teórica. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, 5., 2005, Mar del Plata. Trabalho apresentado... Universidad Mar del Plata, p. 1-15. Disponível em: <http://www.inpeau.ufsc.br/wp/wp-content/BD_documentos/2189.pdf>. HYPERLINK "http://www.inpeau.ufsc.br/wp/wp-content/BD_documentos/2189.pdf". Acesso em: 2 set. 2010.

BRYMAN, Alan. Research methods and organization studies. London: Unwin Hyman, London, 1989.

CARVALHO, Ricardo. Como aplicar o ensino à distância na prática. 2008. Disponível em: <<http://webinsider.uol.com.br/2008/07/01/como-aplicar-o-ensino-a-distancia-na-pratica>>. Acesso em: 5 set. 2017.

DELORS, Jacques. La educación encierra un tesoro: informe a la UNESCO de la Comisión Internacional sobre la educación para el siglo XXI. Paris: UNESCO, 1996.
DUTRA, Joel Souza. Gestão de pessoas: modelo, processos, tendências e perspectiva. São Paulo: Atlas, 2006.

FREEMAN, Richard. Planejamento de sistemas de educação à distância: um manual para decisores, 2003. Disponível em: <www.col.org>. Acesso em: 10 jul. 2017.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano emancipado. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 45-60, 2003.

GHEDINE, T.; TESTA M. G.; FREITAS, H. M. R. Compreendendo as iniciativas de educação a distância via internet: estudo de caso em duas grandes empresas no Brasil. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 23 jan. 2008.

GODOY, Christiane Kleinübing; SILVA, Arielson Barbosa da; BANDEIRA-DE-MELO, Rodrigo. Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos. São Paulo: Saraiva, 2007.

GRAMIGNA, Maria Rita. Modelo de competências e gestão dos talentos. São Paulo: Pearson Makron Books, 2002.

HOFFMANN, Jussara. Avaliação Mito e Desafio: uma perspectiva construtivista. 32 ed. Porto Alegre: Mediação, 2003.

KOLB, D. A. (1984). Aprendizagem Experiencial, Englewood Cliffs, NJ.: Prentice Hall Infed - David A. Kolb, Na aprendizagem experiencial. 1984. Disponível em: <<http://www.infed.org/biblio/b-explrn.htm>. Acesso em: 06 abr. 2017>.

LITTO, Frederic Michael; FORMIGA, Manuel Marcos Maciel. Educação à distância: o estudo da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

MAIA, Carmem. Guia brasileiro de educação a distância: São Paulo: Esfer, 2000.

_____; MEIRELLES, F. S. A. Educação a Distância nas Universidades Públicas Brasileiras. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, IX, 2002. Anais. São Paulo: ABED, 2002.

LOBO NETO, Francisco da Silveira. Educação a distância: alternativa de democratização de ensino. Notas para palestra no seminário sobre EAD. Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte, 1994.

MELO, Pedro Antônio de. COLLOSSI, Nelson. Cenários da Gestão Universitária na Contemporaneidade. Organizadores. Florianópolis: Insular, 2004.

MEYER JÚNIOR, Victor; MURPHY, J. Patrick. Dinossauros, Gazelas e Tigres: abordagens da administração universitária. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2003.

MIGUEL, Paulo Augusto Cauchick (organizador). Metodologia de pesquisa em engenharia de produção e gestão de operações. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier: ABREPO, 2012.

MOORE, Michael G.; KARSLEY, Greg. Educação à distância: uma visão integrada. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

NUNES, Ivônio Barros. Noções de educação à distância. Disponível em: <<http://www.rau-tu.unicamp.br/nou-rau/ead/document/?view=3>>. Acesso em: 29 jun. 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). Aprendizaje abierto y a distancia: perspectivas y consideraciones políticas. Universidad Nacional de Educación a Distancia, Instituto Universitario de Educación a Distancia, Cátedra. UNESCO de Educación a Distancia. Madrid: Unesco: 1998.

PACHECO, Andressa Sasaki Vasques. Evasão e permanência dos estudantes de um Curso de Administração do Sistema Universidade Aberta do Brasil: uma teoria fundamentada em fatos e na gestão do conhecimento. Tese. 298 f. Florianópolis: UFSC, 2010.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MODALIDADE A DISTÂNCIA. Ministério da Educação. Brasília, 2009.

RESENDE, Enio. O livro das competências: desenvolvimento das competências: a melhorauto-ajuda para pessoas, organizações e sociedade. 2. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003.

RIBEIRO, Luis Otoni Meireles. Gestão de EAD: a importância da visão sistêmica e da estruturação dos CEADs para a escolha de modelos adequados. 2007, p. 151. Dissertação - (Mestrado em Administração) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

RICHARDSON, Roberto et al.. Pesquisa social: métodos e técnicas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

ROCHA, Enilton Ferreira. Avaliação na EaD: estamos preparados para avaliar? Disponível em: <http://www.abed.org.br/arquivos/Avaliacao_na_EaD_Enilton_Rocha.pdf>, 2017. Acesso em: 07 jan 2017.

RODRIGUES, Rosângela Schwarz. Modelo de avaliação para cursos de ensino à distância: estrutura, aplicação e avaliação. 1998. 154 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

RUMBLE, Greville. A gestão dos sistemas de ensino à distância. Tradução Marília Fonseca. Brasília: UNESCO, 2003.

RUZZARIN, Ricardo; AMARAL, Augusto; SIMINOVSKI, Marcelo. Gestão por competências: indo além da teoria. Porto Alegre: SEBRAE/RS, 2002.